

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GABRIEL BESERRA TABOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRANSEXUAIS: A Influência dos Atores
Não Governamentais na Agenda Governamental**

Caruaru - 2018

GABRIEL BESERRA TABOSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRANSEXUAIS: A Influência dos Atores Não
Governamentais na Agenda Governamental**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração, do
Núcleo de Gestão da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profª Dr. Sueli Menelau

Caruaru - 2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Marcela Porfírio - CRB/4 - 1878

T114p Tabosa, Gabriel Beserra.
 Políticas públicas para transexuais : a influência dos atores não governamentais na agenda governamental. / Gabriel Beserra Tabosa. – 2018.
 48f. ; il. : 30 cm.

 Orientadora: Sueli Menelau.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2018.
 Inclui Referências

 1. Política pública – Brasil. 2. Política social. 3. Transexuais. I. Menelau, Sueli (Orientadora). II. Título.

658 CDD (23. ed.)
UFPE (CAA 2018-276)

GABRIEL BESERRA TABOSA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRANSEXUAIS: A Influência dos Atores Não
Governamentais na Agenda Governamental

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Núcleo de
Gestão da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Administração.

Aprovado em: 19/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profª Dr. Sueli Menelau (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Prof. Dr. Nelson da Cruz Monteiro Fernandes (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Profª Dr. Cláudia Freire (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Vó, esse trabalho é teu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e em especial minha avó *Li*, que é uma mulher guerreira e que sempre batalhou por mim e para mim. TE AMO.

Obrigado Sueli por ser mais que uma orientadora, és uma professora, psicóloga e amiga. Sou grato por ter visto meu potencial e me encaminhado para novos horizontes que estou preste a seguir, você é minha “mãe Sueli” (nome que os colegas de classe chamavam a senhora quando eu comentava alguma coisa sobre o seu apoio, rsrs).

Obrigado a todos os meus amigos, em especial Samilly, Karis, Leo e Bárbara, que me ajudaram durante todo o percurso da graduação. Agradeço também as minhas amigas Joanna e Mari, que foram e são peças fundamentais no meu aprendizado constante sobre gênero e sexualidade, agradeço de coração.

Por fim, agradeço à todxs que me apoiaram nessa jornada, de maneira direta ou indireta, facilitando meu caminho ou colocando barreira que me fizeram ser mais forte.

Valeu!

Quem come do fruto do conhecimento, é sempre expulso de algum paraíso.

Melanie Klein

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como os atores não governamentais das políticas públicas para a População Trans interferem nessa agenda governamental. Partindo dos seguintes objetivos: (i) caracterizar os atores não governamentais das políticas públicas para a população Trans; (ii) mapear os fluxos do Modelo de Kingdon (2011) nas políticas públicas para a população Trans; e (iii) delimitar a agenda atual das políticas públicas para a população Trans. Quanto à metodologia, foi abordado por análise de conteúdo das respostas do questionário enviado à seis atores, todos residentes do estado de Pernambuco. Aos procedimentos técnicos a pesquisa foi bibliográfica, documental e de questionário, com fins descritivo e exploratório. Os resultados mostraram que os atores consideram a sua atuação nas políticas públicas voltadas para População Trans nos três fluxos apresentados pelo modelo em estudo (fluxo de problemas, fluxo de soluções e fluxo políticos), além de uma visão positiva e confiante para o andamento dessas políticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Modelo de Kingdon. Transexuais. Atores Não Governamentais. Agenda Governamental.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how the non-governmental actors of public policies for Trans Population interfere in this governmental agenda. Based on the following objectives: (i) to characterize the non-governmental actors of public policies for Trans people; (ii) map the flows of the Kingdon Model (2011) into public policies for the Trans population; and (iii) delimiting the current public policy agenda for the Trans population. Regarding the methodology, it was approached by content analysis of the answers of the questionnaire sent to six actors, all residents of the state of Pernambuco. To the technical procedures the research was bibliographical, documentary and of questionnaire, with descriptive and exploratory purposes. The results showed that the actors consider their performance in the public policies focused on Trans Population in the three-stream presented by the study model (Problem stream, Policy stream and Political stream), as well as a positive and confident vision for the progress of these policies.

Keywords: Public Policies. Kingdon Model. Transsexuals. Governmental Agenda. Non-Governmental Actors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Fluxos de Kingdon	21
Figura 2 – Modelo Conceitual da Pesquisa	25
Figura 3 – Identidade de Gênero	28
Figura 4 - Linha do Tempo da Construção da Política Pública para Pessoas Trans	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano de Pesquisa	25
Quadro 2 – Questões da Entrevista	29
Quadro 3 – Categorias da Análise	30
Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados	31
Quadro 5 – Dispositivos Legais de Pernambuco	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

AIDS - Acquired Immuno Deficiency Syndrome

AMOTRANS - Articulação e Movimento de Travestis e Transexuais de Pernambuco

ANTRA - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILGA - Associação Internacional Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersex

LGBTIS - Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersex

ONGs - Organizações Não Governamentais

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contexto da pesquisa.....	13
1.2	Pergunta condutora.....	15
1.3	Objetivo geral.....	16
1.4	Objetivos específicos.....	16
1.5	Justificativa	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1	Políticas públicas	18
2.2	Fluxos múltiplos em políticas públicas	20
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1	Tipificação da pesquisa	24
3.1.1	<i>Modelo e variáveis da pesquisa.....</i>	<i>25</i>
3.2	Descrição do lócus da pesquisa.....	26
3.3	Sujeitos de pesquisa.....	27
3.4	Instrumento de coleta de dados.....	28
3.5	Procedimentos de coleta de dados.....	29
3.6	Aspectos éticos e legais	30
3.7	Análise dos resultados	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
4.1	Caraterização dos entrevistados.....	31
4.2	Caracterização das políticas públicas para a população Trans	32
4.2.1	<i>Atores não governamentais nas políticas.....</i>	<i>36</i>
4.3	Fluxos do Modelo de Kingdon nas políticas.....	37
4.4	Atual agenda para população Trans.....	39
5	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	41
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	46

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a criação da agenda das políticas públicas voltadas à população Trans. Com esse intuito, esse trabalho se divide em mais quatro outras partes além desta introdução. A segunda seção do trabalho apresenta e discute a lente teórica da pesquisa, com a disposição dos temas políticas públicas e agenda governamental, com especial atenção para o Modelo de Kingdon (2011). A terceira parte do trabalho explica a metodologia empregada na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A seção que se segue, traz a análise e a discussão dos resultados a partir da coleta de dados primários. Por fim, a quinta seção do trabalho apresenta uma conclusão, também apontando suas limitações e sugestões para próximas pesquisas.

Especificamente falando sobre esta seção, a introdução, primeiramente é apresentado o contexto da pesquisa, com questões relacionadas a população Trans, para então ser delimitada a problemática – que apresenta os temas políticas públicas e Modelo de Kingdon (2011) -, finalizando com a pergunta que conduziu ao objeto investigado. Então, são dispostos os objetivos do estudo, geral e específicos, e a seção introdutória se encerra com a justificativa para a condução da pesquisa deste TCC.

1.1 Contexto da pesquisa

Transgêneros são pessoas que não se reconhecem com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento (DE JESUS, 2012). O termo deriva do inglês *transgender* e surgiu no final da década de 1990, e atualmente representa um espaço de força dentro da militância *gay*, com referência principal à identidade de gênero (VENCANTO, 2010). A mesma autora apresenta que a sociedade associa essas pessoas à uma ideia de marginalidade que vem com uma carga de julgamento moral que os estigmatizam, que para alguns, justifica o preconceito (VENCANTO, 2010).

De acordo com o Transgender Europe (2016), o Brasil é o local que ocupa a primeira posição quando se fala em mortes de pessoas transgêneras, tendo ocorridas 802 mortes entre 2008 e 2015 no país, sobressaindo o México que ficou em segundo lugar na pesquisa com 229 morte e os Estados Unidos da América com 132. Entretanto, o relatório destaca que muitas mortes não são reportadas, havendo a probabilidade desse número ser

três vezes maior (TRANSGENDER EUROPE, 2016). Rogers (2017) mostra que essa violência contra os indivíduos Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersex (LGBTIs) do Brasil é algo contraditório à reputação do país de tolerância sexual, pois, ainda de acordo com o autor, muitos estrangeiros pensam que a atmosfera de aceitação presente no Carnaval e pelo país ter a maior evento público voltado aos LGBTIs do mundo, a Parada do Orgulho Gay realizada na cidade de São Paulo, trazem um clima progressivo.

Essa situação apontada anteriormente se refletiu em uma pesquisa conduzida em 2016 pela Associação Internacional Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersex (ILGA), na qual os respondentes demonstraram alto nível de aceitação para com homossexuais e pessoas transgêneros (ILGA, 2016). Ainda de acordo com a pesquisa, o percentual de “não ligar” para a homossexualidade dos próximos foi de 86% e para aproximação de primeiro grau foi de 75%, índice alto se comparado aos resultados dos Estados Unidos, com 79% e 71% respectivamente. Já em relação aos transgêneros, 48% dos brasileiros que participaram da pesquisa sabiam o que o termo significa, sendo o índice mais alto da América Latina (ILGA, 2016). Esses dados da pesquisa da ILGA (2016) representam, portanto, uma mudança ao apontado por Vencato (2010), pois, segundo o autor, a sociedade associa os transgêneros à uma ideia de marginalidade que vem com uma carga de julgamento moral que os estigmatizam, que para alguns, justifica o preconceito.

Como mostra Rogers (2017), o progresso das políticas voltadas aos LGBTs no Brasil iniciou-se com ações voltadas à área de Saúde - como em 1996, sendo o primeiro país a providenciar medicamento grátis para o tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) para a população, trabalhando junto aos grupos de ativismo homossexuais, passando a ser um exemplo global. Em 2004 foi legalizada a união civil entre pessoas do mesmo sexo (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277), seguido da permissão de adoção de crianças por casais do mesmo sexo em 2010 (A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132). O casamento de casais do mesmo sexo foi homologado pela Resolução Nº 175 de 14/05/2013.

Criado pela Medida Provisória n. 2216-37 de 31 de agosto de 2001, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) tem integrado um órgão colegiado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (CNCD/LGBT) - doravante Conselho - por meio do Decreto nº 7388, de 9 de dezembro de 2010. Conselho esse que foi instituído devido a necessidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT, haja vista que as políticas

realizadas para outras minorias, como a população indígena e a promoção de igualdade social, já estavam sendo executadas por outros órgãos (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

Atualmente o propósito do Conselho é desenvolver e apresentar diretrizes dirigidas para o combate, à discriminação e à defesa dos direitos da população LGBT no Brasil. Nesse sentido, no CNCD/LGBT existem atualmente 14 Resoluções que garantem alguns direitos humanos para as pessoas transexuais. As Resoluções nº 11 e nº 12 asseguram, por exemplo, o nome social - conjunto de normas que estabelecem, em esferas micro como repartições públicas, bancos etc., o respeito à identidade de gênero (BENTO, 2014) - tanto no tratamento oral quando em formulários e em documentos. Mesmo com esse avanço paulatino de Projetos de Lei, Ementas e Resoluções, não é assegurado a proteção necessária para a população Trans, sendo necessário que esses dispositivos ultrapassem barreiras se tornando Leis para serem reais instrumentos de segurança para essa população (TABOSA; ALCANTARA; MENELAU, 2017).

1.2 Pergunta condutora

O Estado utiliza-se de políticas públicas, que são princípios e normas de convivências impostas pelo mesmo, afim de administrar as divergências de uma maneira que não gere conflitos (MENDES; GOMES, 2018). Mendes e Gomes (2018) ainda complementam que para encontrar o consenso e bem-estar da coletividade é necessário que os cidadãos abram mão de uma parcela de sua individualidade para seguir os princípios e normas falados anteriormente. Nesse sentido, Martins (2003) expõe que as políticas públicas são frutos de decisões políticas, que têm como objetivo mudar a realidade dos atores envolvidos. Essas políticas são criadas com o objetivo de suprir a demanda de vários autores, principalmente a sociedade civil (MENDES; GOMES, 2018). Para compreender quem são os atores, Rua (1997) usa uma simples proposta que consiste em analisar quem tem algo a ganhar ou perder com uma política específica, ou se esse alguém foi afetado – ou os seus interesses - de maneira direta pelas decisões e ações da política.

Para uma melhor compreensão da constituição de uma política pública foram desenvolvidas várias tipologias, como o ciclo de política pública, que analisa a política por meio de fases que melhoram a visualização e a identificação do processo como um

todo, além de avaliar como os atores se comportam com suas estratégias (MENDES; GOMES, 2018). O Modelo de Kingdon (2011), que segundo Araújo e Rodrigues (2017) critica essa visão, tem como responsabilidade os estágios pré-decisórios da formulação de políticas, fundamentado em um corpo abrangente de dados empíricos obtidos, em sua maioria, por meio de entrevistas com altos funcionários públicos (CAPELLA, 2007).

O modelo proposto por Kingdon (2011) caracteriza agenda como o conjunto de problemas declarados propriedade pelo governo a serem tratadas através das políticas públicas. Pinto (2006) e Araújo e Rodrigues (2017) consideram o Modelo de Kingdon (2011) um instrumento de análise do processo político de forma a compreender a dinâmica dos atores, compreendidos como os fazedores de políticas, pois são eles que usam de suas interferências nas tomadas de decisões (PINTO, 2006). E são os atores não governamentais que, segundo Dias e Matos (2012), possuem importância relevante nas políticas governamentais, pois têm como papel influenciar as políticas visando seus interesses próprios ou de grupos que representam. Assim, é feita a pergunta condutora do trabalho: **“Como os atores não governamentais influenciam a agenda das políticas públicas para a população Trans?”**

1.3 Objetivo geral

Com base nas premissas delimitadas anteriormente, esse trabalho tem como objetivo geral **avaliar como os atores não governamentais influenciam a agenda das políticas públicas para a população Trans.**

1.4 Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral foram traçados estes objetivos específicos:

- Caracterizar os atores não governamentais das políticas públicas para a população Trans;
- Mapear os fluxos do Modelo de Kingdon (2011) nas políticas públicas para a população Trans; e
- Delimitar a agenda atual das políticas públicas para a população Trans.

1.5 Justificativa

Monteiro, Lima e Cabral (2016) afirmam as dificuldades das pessoas transexuais com a atual legislação brasileira, sendo vítimas de constrangimentos e humilhações, caracterizado como fruto do poder público que acaba fazendo com que a marginalização dessas pessoas seja maior. As autoras ainda caracterizam o tema como pouco compreendido pela população, que devido ao preconceito é visto de forma errônea para sociedade como portadores de anomalia ou patologia (MONTEIRO; LIMA; CABRAL, 2016). Tendo em vista o colocado, avalia-se que na perspectiva empírica o estudo pode contribuir com um alinhamento do debate sobre a eficiência das atuais políticas públicas, como também abrir o espaço para debater mais sobre novos caminhos de políticas.

Por sua vez, avalia-se que este trabalho poderá contribuir teoricamente com a compreensão do Modelo de Kingdon (2011), uma vez que objetiva o estudo da formulação da agenda governamental de uma política pública emergente. Nesse sentido a colaboração dessa pesquisa se dá com o entendimento de como o Modelo de Kingdon (2011) é expresso em políticas voltadas para uma minoria social, que vai além das políticas voltadas para saúde ou para mulheres, como a maioria dos trabalhos já divulgados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentando o tema políticas públicas, focando na agenda governamental e na formação das políticas públicas, tendo em vista o Modelo Kingdon (2011).

2.1 Políticas públicas

A palavra política pode ser apresentada na língua inglesa em dois termos *politics* e *policy* (SECCHI, 2010), sendo o segundo o adotado pela política pública, pois tem o sentido de ação do governo no que se diz a respeito às suas atividades (DIAS; MATOS, 2012). Dias e Matos (2012) ainda complementam que, nesse sentido, a política é realizada por uma autoridade legitimada que luta pela efetuação da restituição dos bens escassos da sociedade. Secchi (2010) delimita política pública como uma orientação planejada para enfrentar um problema público, mesmo apresentando posteriormente, mas que qualquer definição é facultativa pois não há um consenso sobre sua definição na literatura especializada.

As políticas públicas se dão com a decorrência da atividade pública, envolvendo mais de uma decisão relacionada à esfera pública, pois suplicam várias ações estratégicas para acontecer a efetivação dos objetivos desejados (DIAS; MATOS, 2012). No âmbito operacional, as atividades públicas, como é explanado por Dias e Matos (2012), emergiram como um instrumento adotado pelo Estado com o objetivo de resguardar os interesses públicos acima dos interesses privados. A definição de Araújo e Rodrigues (2017, p. 12) condensa as definições. Para as autoras, as políticas públicas são processos

complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão - local, regional, nacional e transnacional. Em segundo lugar, envolvem diferentes atores - governantes, legisladores, eleitores, administração pública, grupos de interesse, públicos-alvo e organismos transnacionais -, que agem em quadros institucionais e em contextos geográficos e políticos específicos, visando a resolução de problemas públicos, mas também a distribuição de poder e de recursos (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 12).

No que se refere à tipologia dos objetivos das políticas públicas, Dias e Matos (2012) apresentam quatro tipos diferentes, sendo a política: (i) social (saúde, educação, habitação, previdência social); (ii) macroeconômica (fiscal, monetária, cambial,

industrial); (iii) administrativa (democracia, descentralização, participação social); e (iv) específica ou setorial (meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc.). Outra categorização que pode ser feita às políticas, segundo os mesmos autores, é de acordo com sua finalidade, que pode ser de três tipos: preventivas (diminuir a desigualdade), compensatórias (reparar os desequilíbrios oriundos da acumulação) e sociais *stricto sensu* (redistribuir a renda por meio de benefícios sociais) (DIAS; MATOS, 2012).

Já quando se fala nos instrumentos de políticas públicas, que são utilizados com o objetivo de transformar orientações e diretrizes em ação, essa segmentação se dá em política: (i) regulatória (estabelece padrões de comportamento, produto ou serviço), (ii) distributiva (foca decisões voltadas para um grupo específico), (iii) redistributiva (abrange um maior número de pessoas e geralmente compreendidas como políticas universais) e (iv) constitutiva (trata de procedimentos definindo competências e regras) (SECCHI, 2010). Na análise das políticas públicas o objeto de estudo está em torno das decisões políticas e dos problemas que procuram resolver, assim como as soluções formuladas e as condições de sua implementação (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017).

Há inúmeras formas de se analisar as políticas públicas, mas são quatro os modelos considerados como mais promissores, segundo Capella (2007), Raeder (2014) e Araújo e Rodrigues (2017), a saber: sequencial (ou do ciclo político), dos fluxos múltiplos, do equilíbrio interrompido, e coligações de causa (ou de interesse). Araújo e Rodrigues (2017) advogam que os modelos são abrangentes e replicáveis a situações e contextos distintos, mas o ciclo de políticas públicas tem sido o ponto de partida para a maioria dos modelos de análise. Segundo Raeder (2014), o ciclo de políticas públicas se sobressai por seu caráter integrador dos demais modelos, uma vez que põe em evidência atores, estágios e processos da política pública analisada. Essa metodologia, avaliam o Dias e Matos (2012), é considerada um modelo aplicável a qualquer análise de políticas públicas, que também tem como benefício a viabilização de delimitar o objeto de estudo.

É apresentado por Dias e Matos (2012) o ciclo de políticas públicas, proposto a princípio por Jones (1984), contido por cinco estágios: (i) identificação do problema (percepção como problema político); (ii) formulações de soluções (elaboração das possibilidades para resolver o problema encontrado anteriormente); (iii) tomada de decisões (escolher as alternativas mais relativas tendo em vista a estratégia); (iv) implementação (execução das escolhas visando os processos e aproveitando os recursos); e (v) avaliação (acompanhamento dos processos com o objetivo de analisar a eficiência e

a eficácia das atividades). Para Araújo e Rodrigues (2017), esse enquadramento analítico facilita a compreensão do processo político.

2.2 Fluxos múltiplos em políticas públicas

Metten et al. (2015) entendem que o Modelo de Kingdon (2011) tem como objetivo elucidar as definições feitas pelo governo na sua agenda de políticas públicas por meio da explicação do porquê alguns problemas são considerados importantes para o governo a ponto de serem pautas preocupantes, e assim, se tornarem políticas públicas. Para Kingdon (2011), algumas questões problemáticas da sociedade, sejam elas econômicas, sociais ou setorializadas, captam a atenção do público, e em sequência dos políticos, entrando na agenda - como é conhecida a lista de prioridades de atuação do governo - da ação pública, ficando conhecidos como problemas políticos. Para Sjöblom (1984), a identificação do problema político caracterizado no primeiro estágio no ciclo de políticas públicas abrange três ações que são: a percepção do problema (insatisfação com alguma situação pública), a definição ou delimitação do problema (sintetizar e nortear o problema para possíveis soluções) e a avaliação da possibilidade de resolução (considerar a solução para o problema).

Levando em consideração o Modelo de Kingdon (2011), Gomide (2008) fala que para um determinado problema entrar na agenda governamental é determinante o processo político, que, por sua vez, já tem uma dinâmica própria. A prioridade dos temas é afetada por processos que conseguem determinar os itens de destaque na agenda para que assim possam ser implementados para a população por meio de políticas públicas (METTEN et al., 2015). É necessário um contexto favorável para que o problema faça parte da agenda, ou uma conjuntura favorável que pode vir por meio de mudança de governo, clima nacional, entre outros (GOMIDE, 2008). No entanto, não é apenas esse meio favorável que vai garantir que o problema seja inserido, também é necessário fazer com que esse problema seja reconhecido e que haja soluções aceitáveis e viáveis para o mesmo, sendo analisado por meio dos três fluxos que quando convergem abrem uma janela de oportunidade (GOMIDE, 2008; ARAÚJO; RODRIGUES, 2017), base principal do Modelo de Kingdon (2011).

No sistema político, os fluxos de variáveis fluem autonomamente com dinâmicas e regras próprias, em um processo (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Kingdon (2011)

compreende que os três fluxos representam - por meio das correntes dos problemas (percepção pública), de soluções (propostas) e da política (condições de governação) - o processo de tomada de decisão nas políticas públicas. O Modelo de Kingdon (2011) está ilustrado na Figura 1 mostrada a seguir.

Figura 1 - Modelo dos Fluxos de Kingdon



Fonte: Capella (2007, p. 94).

Sobre a Figura 1 observa-se que no fluxo de problemas explora-se de que maneira as questões são reconhecidas e quais os motivos que levam as mesmas a considerar a agenda governamental (GOTTEMS et al., 2013). O fluxo de soluções, por sua vez, é como uma competição entre várias ideias e propostas para ganharem aceitação na rede de políticas, sendo importante ressaltar que essas propostas recebem tratamentos diferentes na escolha da alternativa (GOTTEMS et al., 2013). Sobre o fluxo político, Capella (2007) caracteriza como um período em que várias pessoas, durante um determinado tempo, partilham das mesmas questões em processos de negociação política. A centralização dessas três correntes, que são relativamente independentes, gera a janela de oportunidade de mudanças, que pode gerar a imersão de um item novo na política pública na agenda enquanto o processo de definição da mesma (CAPELLA, 2007).

A janela de oportunidade política acontece no momento determinado da convergência dos fluxos, fluxos esse que seguem os seus caminhos de uma forma independente (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017). Quando aberta a janela política, os empreendedores políticos atuam investindo tempo, energia e dinheiro para influenciar no processo da formulação da política propondo soluções para os problemas (METTEN et al., 2015). Esses empreendedores podem estar situados no governo ou fora dele, e suas motivações são as mais diversas, indo de interesse ideológico a recompensas materiais ou até uma maior importância na esfera de poder (METTEN et al., 2015).

Segundo Secchi (2012), se algum ator político se identifica e tem interesse em resolver o problema, coloca esse tal problema na agenda. Kingdon (2011) define agenda governamental como uma lista de problemas, ou assuntos, que funcionários do governo, e pessoas de fora do governo que estão intimamente associadas a esses funcionários, estão prestando uma séria atenção em um dado tempo. É na agenda governamental que são definidos os assuntos de maiores prioridades (CAPELLA, 2007). Sabatier (2007) apresenta que a definição de agenda governamental é destacada em duas concepções teóricas: a primeira é o modelo de Kingdon (2011), também conhecido como o modelo de Fluxos Múltiplos; já a segunda é o modelo do Equilíbrio Pontuado. Gomide (2008) explana que o modelo do Equilíbrio Pontuado considera os fluxos de maneira independente, explicando os motivos pelos quais os problemas vão para a agenda de decisão do governo. No Modelo de Kingdon (2011), por sua vez, é explicado como governos definem e decidem suas agendas (ZAHARIADIS, 1998).

Há ainda a agenda sistêmica ou não governamental (com assuntos que são preocupação há anos, mas não merecem a atenção do governo) (VIANA, 1996), e também a agenda de decisão, que é um subconjunto da primeira agenda, onde faz parte as questões que já estão prontas para se tornarem políticas por intermédio da decisão ativa dos atores. Uma questão só passa a fazer parte da agenda de decisão - um que abrange as ações prestes a tornarem-se políticas - quando desperta a atenção e interesse dos funcionários governamentais que formulam as políticas públicas (KINGDON, 2011). Para Capella (2007), é necessária a diferenciação dos tipos de agenda, tendo em vista que são compreendidas de maneiras diferentes, pois há possibilidade de mudanças resultadas da convergência entre os fluxos.

No que se trata sobre os atores de uma política pública, Viana (1996) e Gottens et al. (2013) mostram que são divididos em dois tipos: governamentais (visíveis) e não

governamentais (invisíveis). Os primeiros são representados pelas pessoas do poder executivo e servidores de carreira, enquanto o segundo grupo é caracterizado por grupos de interesses e grupos acadêmicos (GOTTEMS et al., 2013). Os atores governamentais são caracterizados pelo exercício de funções dentro do sistema político, já os não governamentais têm o poder de exercer pressão sobre o governo para formatação e tomada de determinadas ações, não tendo um vínculo direto com a estrutura administrativa estatal (DIAS; MATOS, 2012). Os atores políticos têm como impulsionamento para essa influência seus próprios interesses (FREY, 2009), apesar de serem movidos por interesses e valores diferentes, esses atores devem ter uma união voltada para aquela política em questão para que esta política possa, por fim, se tornar efetiva (DIAS; MATOS, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse tópico será descrito a metodologia usada para realizar a pesquisa. Nesse sentido é apresentada a tipificação da pesquisa, a descrição do *lócus*, os procedimentos de coleta empregados e os passos para a determinação dos sujeitos de pesquisa e da análise dos dados coletados.

3.1 Tipificação da pesquisa

A metodologia para a realização dessa pesquisa é qualitativa, tendo em vista que se usa quando há a preocupação de conhecer a realidade segundo uma perspectiva de pesquisa, realidade essa dos sujeitos que participantes (ZANELLA, 2009). O mesmo autor considera que os dados qualitativos são utilizados nas coletas quando há o objetivo de conhecer melhor os aspectos que não se podem ser medidos de maneira direta. A pesquisa qualitativa se utiliza da proposta de fazer a pesquisa com um grupo pequeno da amostra estudada (MORESI, 2003). A pesquisa tem caráter descritiva pois o objetivo principal foi descrever as características de uma população e de um certo fenômeno (GIL, 1989).

Outra característica da pesquisa é a exploratória, por ter como finalidade desenvolver o trabalho visando ampliar o conhecimento sobre uma temática, por meios de entrevistas (GIL, 1989). Segundo o mesmo autor, Gil (1989), por ter sido utilizado recursos como artigos de periódicos acadêmicos, monografias, livros da academia, entre outras, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, e por ter utilizado arquivos documentais, é considerada pesquisa documental. Também é pesquisa de campo pois procura responder problemas de um determinado grupo, além de entender uma determinada realidade por meio de questionário (FONTELLES et al., 2009). No que se refere a visão de Fontelles et al. (2009) e Marconi e Lakatos (2005), o desenvolvimento de tempo da pesquisa, por ser realizada em um tempo considerado curto, é transversal. Na pesquisa transversal é um ponto no tempo, considerando esse tempo o agora (FONTELLES et al., 2009).

3.1.1 Modelo e variáveis da pesquisa

O modelo e as variáveis de análise da pesquisa nada mais são do que a representação gráfica do objetivo da pesquisa - avaliar como os atores não governamentais influenciam a agenda das políticas públicas para a população Trans -, e encontram-se ilustrados na Figura 2 mostrada a seguir:

Figura 2 - Modelo Conceitual da Pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

As informações constantes na Figura 1 se complementam com as do Quadro 1, mostrado a seguir, que apresenta o plano da pesquisa sumarizado

Quadro 1 – Plano da Pesquisa.

PERGUNTA DE PESQUISA		
Como os atores não governamentais influenciam a agenda das políticas públicas para a população Trans?		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCEITO	SEÇÃO DO TCC
Caracterizar os atores não governamentais das políticas públicas para a população Trans	Atores não governamentais – São caracterizados por grupos de interesses e grupos acadêmicos (GOTTEMS et al., 2013)	2.2
Mapear os fluxos do Modelo de Kingdon (2011) nas políticas públicas para a população Trans	Fluxos do Modelo de Kingdon (2011) – O objetivo é elucidar as definições feitas pelo governo na sua agenda de políticas públicas por meio da explicação do porquê alguns problemas são considerados importantes para o governo virando pautas preocupantes, e se tornando políticas públicas (METTEN et al., 2015)	2.2
Delimitar a agenda atual das políticas públicas para a população Trans	Agenda - Conjunto de problemas declarados propriedade pelo governo a serem tratados através das políticas públicas (KINGDON, 2011)	2.1 e 2.2

Fonte: Elaboração própria.

Com base nesse escopo presente na Figura 1 e no Quadro 1 a pesquisa foi desenvolvida.

3.2 Descrição do *locus* da pesquisa

O contexto da pesquisa abarca atores não governamentais das políticas públicas para a população Trans ou Cis¹, atuantes em Organizações Não Governamentais (ONGs), na mídia ou na militância, no estado de Pernambuco. Esses atores se sentem mobilizados pela causa Trans, consideram necessárias políticas públicas que defendam e deem suporte à essas pessoas, além de participarem diretamente dessa, assim comprovando que são atores não governamentais. Cabe destacar aqui que foi apenas em 2010 que o movimento LGBTI no Brasil, atuante desde a década de 1970, passa a contemplar a população transexual (FÁBIO, 2017).

Diversas entidades apoiam a agenda LGBT, como a Organização das Nações Unidas, as universidades, a mídia e algumas empresas privadas. Atualmente no Brasil, a ONG que mais tem se sobressaído no combate à discriminação à população LGBTI e no fornecimento de apoio às demais ONGs que apoiam e orientam os indivíduos dessa população é a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), que possui mais de 300 afiliadas no país, a ONG Mães pela Diversidade e a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2018; GESTOS, 2018).

Em Pernambuco, destaca-se com atuação em âmbito nacional o Movimento D'ellas, e em âmbito estadual o Instituto Boa Vista (CATRACA LIVRE, 2017), e a ONG Articulação e Movimento de Travestis e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS) (GESTOS, 2018). Essas ONGs atuam influenciando a pauta por meio de orientação de direitos, serviços especializados de apoio (como atendimento psicoterapêutico, acompanhamento social e jurídico), encontros, entrevistas, simpósios, organização e divulgação de dados referentes à população LGBTI (ver www.votelgbt.org e <https://www.lgbteses.com>) para a população de um modo geral, e não apenas à população

¹ Entre as pessoas Trans há, segundo De Jesus (2012), pessoas que não se reconhecem com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento; essas pessoas são conhecidas como Cis, que segundo a autora são as pessoas que se reconhecem com o gênero atribuído ao nascimento.

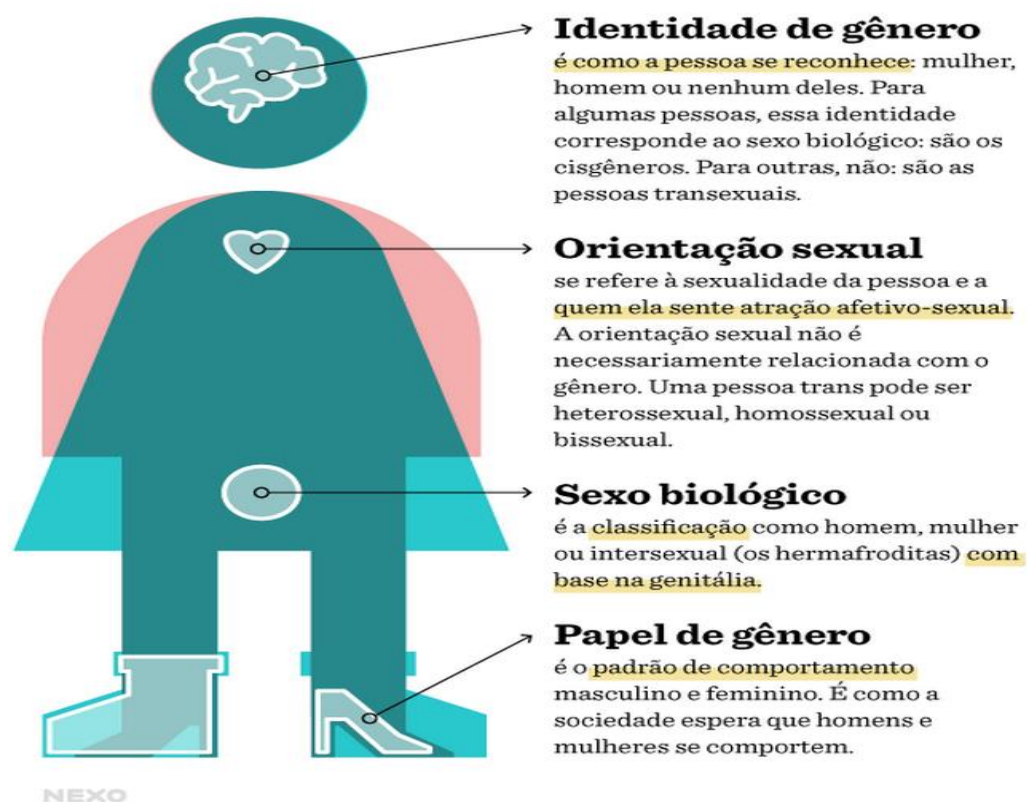
Trans. A UFPE, por sua vez, vem se destacando nesse contexto em âmbito nacional ao ter estabelecido a Diretoria de Políticas LGBT (SOARES, 2018).

3.3 Sujeitos de pesquisa

Os sujeitos de pesquisa são as pessoas que podem oferecer as informações que serão utilizadas posteriormente para a análise dos resultados (VERGARA, 2000). A pesquisa foi realizada com atores de políticas públicas voltadas à população Trans. Esses atores estão situados fora do governo (como atuantes na mídia, na universidade, grupos sociais etc.) (METTEN et al., 2015). O critério para a escolha dos respondentes foi a acessibilidades, além de serem pessoas que exercem sua atuação em organizações consideradas como atores não governamentais. Todos os entrevistados são do estado de Pernambuco, estando distribuídos entre as cidades de Recife, Caruaru e Salgueiro. Os sujeitos foram classificados segundo sua identidade de gênero, que para um melhor entendimento é ilustrada ludicamente pela Figura 3 mostrada a seguir.

Figura 3 – Identidade de Gênero.

O QUE É IDENTIDADE DE GÊNERO



Fonte: Dias (2015).

Para preservar a identidade dos seis entrevistados, atribuiu-se a nomenclatura de identificação de ‘Entrevistado 1’ à ‘Entrevistado 6’, sendo E1, E2, E3, E4, E5 e E6. Dos seis entrevistados, apenas o E6 não faz parte da comunidade LGBTI, mas é uma pessoa Trans e atua na promoção dos direitos e em atividades voltadas à população Trans. Uma travesti² também foi entrevistada, e essa pessoa também é identificada na análise e discussão dos resultados como pessoa Trans. Acredita-se que os sujeitos selecionados representam bem a população objetivada, conforme indica Gil (1989).

3.4 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados primários da pesquisa foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas para coletar informações descritivas e

² A nomenclatura travesti é utilizada tipicamente nos países da América Latina para as mulheres Trans que geralmente estão e são marginalizadas pela sociedade (DE JESUS, 2012).

comportamentais. Informações descritivas foram caracterizadas pelo perfil socioeconômico, tendo sido buscadas informações pessoais e informações voltadas para área pública de como é considerado possível agente. Por sua vez, as informações comportamentais almejavam auferir o comportamento social e político dessas pessoas. Para ambas as propostas foi empregada as considerações de Zanella (2009). As perguntas foram abertas, pois são essas que a pessoa que responde pode usar suas próprias palavras, além do conteúdo ser referentes a razões conscientes de políticas públicas (GIL, 1989). Assim, foram estruturadas sete questões que, como sua estrutura conceitual, estão explicitadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Questões da Entrevista.

Nº	PERGUNTA	OBJETIVO DA PERGUNTA
1	Você considera que as políticas públicas atuais influenciam a população a defender os interesses da população Trans?	Reconhecer os atores e compreender qual seu interesse (ou ganho) com as políticas públicas para população Trans
2	Você acha que as políticas públicas atuais voltadas para a população Trans lhe favorecem? De que modo?	
3	Você acha que consegue influenciar a formulação das políticas públicas à população Trans? De que maneira?	
4	Na sua opinião, os indicadores relativos à população Trans (nº de certidões e títulos com o nome social, violência, dados em geral) faz com que o governo dê atenção para essas pessoas? Ou você acha que houve algum evento específico que influenciou a pauta política?	Compreender a visão do ator para o fluxo de problemas das políticas públicas para a população Trans
5	Como você avalia a aceitação da sociedade brasileira, de um modo geral, com o andamento de políticas públicas à população Trans?	Entender a visão do ator para o fluxo de soluções das políticas públicas para a população Trans
6	Como você avalia o investimento financeiro e o conhecimento técnico do governo aplicados para as políticas públicas à população Trans?	
7	Você considera que o poder legislativo (deputados e senadores) é propenso à inserção da pauta Trans nos debates das políticas públicas? Por quê?	Compreender a visão do ator para o fluxo político das políticas públicas para a população Trans
8	As atuais políticas públicas atendem as necessidades da população Trans? Como?	Abarcar a visão do ator para a atual agenda de política pública para a população Trans
9	Você enxerga uma janela de oportunidade na pauta das negociações políticas das questões Trans?	

Fonte: Elaboração Própria.

O roteiro de entrevista, tal qual foi enviado aos entrevistados, pode ser visto no Apêndice A ao final do TCC.

3.5 Procedimentos de coleta de dados

Devido a dispersão geográfica dos respondentes e as limitações financeiras e de tempo, a coleta de dados primários da pesquisa foi realizada por meio de formulário

online do Google, enviado para os atores selecionados. O período da coleta desses dados foi no mês de novembro de 2018. Já a coleta de dados secundários, principalmente reportagens relacionadas à temática, se deu de agosto a dezembro de 2018.

3.6 Aspectos éticos e legais

Durante a construção e realização da pesquisa foi considerado todos os aspectos éticos e legais para garantir a seguridade de todos os entrevistados, como por exemplo, seu anonimato. Os dados foram usados de forma exclusiva para esse trabalho, atestando a ética da pesquisa. Os procedimentos da pesquisa estão de acordo com o Comitê Ético de Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

3.7 Análise dos resultados

O grande volume de informações geradas pelos entrevistados foi sistematizado, analisado e interpretado conforme a técnica de análise de conteúdo. Moraes (1999) apresenta a análise de conteúdo, aqui seguida, como uma metodologia constituída em cinco etapas, a saber: (i) Preparação das informações (seção 3.4); (ii) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades (seção 3.1.1); (iii) Categorização ou classificação das unidades em categorias (Quadro 1 e Quadro 3); (iv) Descrição (seção 4.1); e (v) Interpretação (seção 4.2; 4.3; 4.4).

O Quadro 3, a seguir, serviu como apoio para análise dos temas abordados pelo trabalho, entendidos conforme seus principais autores de referência, citados no trabalho., facilitando a relação dos dados primários com o referencial teórico.

Quadro 3 – Categorias da Análise.

CATEGORIA DE ANÁLISE	AUTORES DE REFERÊNCIA
Políticas públicas	Dias e Matos (2012)
	Secchi (2010)
	Araújo e Rodrigues (2017)
Modelo de Kingdon	Kingdon (2011)
	Capella (2007)
Agenda governamental	Gomide (2008)
	Viana (1996)

Fonte: Elaboração Própria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção estão apresentados os resultados advindos das entrevistas, juntamente com a discussão desses achados em torno do Quadro 3, desenvolvido na Seção 3 deste TCC.

4.1 Caracterização dos entrevistados

Os grupos de interesses nas políticas públicas são considerados por Capella (2007) atores de importância para a construção da agenda governamental, pois podem afetar de maneira positiva a agenda. Como já observado nesse TCC, esses grupos são formados por atores não governamentais, que são os que não tem ligação direta com a estrutura estatal, como ainda observa Capella (2007). A seguir o Quadro 4 descreve o perfil dos entrevistados.

Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados.

	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Identidade de gênero	Mulher Trans	Homem Cis	Mulher Cis	Mulher Cis	Travesti	Mulher Cis
Idade	21	23	23	42	22	39
Grau de escolaridade	Superior incompleto	Superior incompleto	Superior incompleto	Pós-graduação completa	Superior incompleto	Pós-graduação completa
Estado civil	Com cônjuge/companheiro	Solteiro(a)	Solteiro(a)	Solteiro(a)	Solteiro(a)	Solteiro(a)
Atuação profissional	Estagiária	Auxiliar administrativo	Professora de Inglês	Policial Civil	Estudante	Educador
Setor em que trabalha	Artesanato	Prefeitura	Educação	Policial	UFPE	Educação
Cidade	Recife	Salgueiro	Caruaru	Caruaru	Recife	Caruaru

Fonte: Elaboração Própria.

Como pode ser visto no Quadro 4, os entrevistados se encaixam nessa definição de Capella (2007), inclusive o E2 que mesmo trabalhando em uma prefeitura como auxiliar administrativo, não tem uma ligação direta com o Estado no que se trata de sua atuação como ator dessas políticas públicas. Ainda no Quadro 4, cinco dos seis entrevistados são mulheres, sendo duas mulheres Trans e três Cis, e um entrevistado é homem Cis.

Ao que se refere ao grau de escolaridade, todos possuem Superior Incompleto ou acima. Esse dado comprova a pesquisa do Ministério da Saúde em 2017, que indica que LGBTI estudam mais do que pessoas heterossexuais (GUIA DO ESTUDANTE, 2017), e está em consonância ao postulado por Almeida (2016): que a educação para as pessoas trans traz uma visibilidade diferente. Por outro lado, segundo pesquisa apresentada pelo defensor público e presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, e também membro conselheiro do Conselho Municipal de LGBT em Cuiabá, João Paulo Carvalho Dias, a evasão escolar entre transexuais e travestis no Brasil é de 82% (ALMEIDA, 2016).

Já sobre o setor de atuação profissional, os entrevistados estão lotados em áreas diversificadas, destacando-se a educação com dois indivíduos, e o setor policial, com um lotado. Essa última informação é surpreendente no sentido de que as organizações militares são reconhecidas como ambientes de opressão hostis à população LGBTI, e assoma-se que em pesquisa realizada pela editora Abril, 51,3% da população Trans relata já ter sofrido discriminação no trabalho (GUIA DO ESTUDANTE, 2017).

4.2 Caracterização das políticas públicas para a população Trans

É apontado que a inclusão da pauta das demandas da população Trans, com o incremento de verbas estatais e a atuação de agências internacionais de cooperação, se dá no Brasil com o enfrentamento da doença síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS, do acrônimo em inglês formado da expressão Acquired Immuno Deficiency Syndrome) (FÁBIO, 2017). Em 2000 o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) estabelece a instrução normativa n. 25 que fixa procedimentos a serem adotados para a concessão de benefícios previdenciários a casais homoafetivos. No ano de 2003 o governo brasileiro adota uma mensagem pública em forma da campanha ‘Brasil sem homofobia’ que irá perdurar até 2011 (FÁBIO, 2017). Já em 2004 foi instituído pelo Ministério da Saúde, em 29 de janeiro o ‘Dia Nacional da Visibilidade Trans’ (GESTOS, 2018).

Em 2005 o Estado brasileiro permitiu que ocorresse a primeira adoção realizada por um casal formado por pessoas homossexuais (MOURA, 2017). Entretanto, nenhuma das ações, e mais algumas outras ainda, têm peso e força da lei, podendo, portanto, serem contestadas em âmbito jurídico e legal (MOURA, 2017). Dentro do contexto político, a

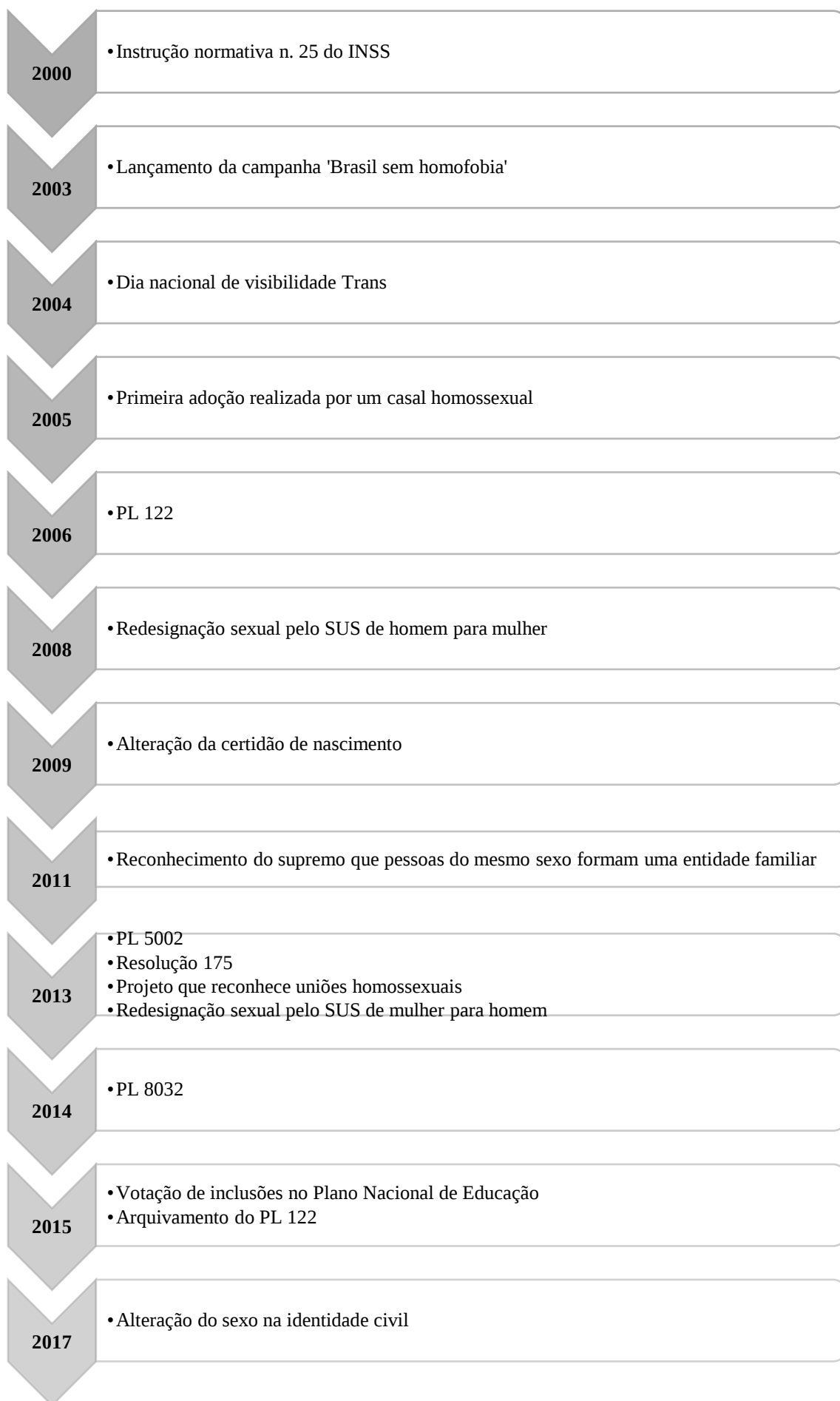
pauta vem se direcionando, principalmente, para ações voltadas a atos de criminalização de atitudes homofóbicas.

A evolução da política pública voltada às pessoas Trans se inicia em 2006. Nesse ano desperta-se no Estado brasileiro a necessidade de regulação da matéria e é proposto o PL 122/06, que visa a alteração da Lei 7716/1989, que caracteriza crimes resultantes de preconceito de raça e cor, para abarcar os de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Mas, em 2015 foi arquivado no congresso, devido a resistências por parte de grupos conservadores da política nacional (FÁBIO, 2017; SOARES, 2018). Em 2008 o Sistema Único de Saúde (SUS) passa a oferecer cirurgia de mudança de redesignação sexual de homem para mulher e em 2009 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) altera o formato da certidão de nascimento de modo a evitar constrangimentos no registro. Em 2011 o Supremo Tribunal Federal a união estável entre pessoas do mesmo sexo como unidade familiar.

O ano de 2013 foi prolixo no avanço da atuação do Estado. Nesse interim, passados sete anos, o PL 5002 assenta sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei 6015/1973, visando garantir que toda pessoa tenha direito ao reconhecimento e livre desenvolvimento, conforme a sua identidade de gênero. Também nesse ano o CNJ estabelece a Resolução 175 envolvendo cartórios e seu papel em casamentos homossexuais, impactando em 15.000 uniões registradas até o ano de 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o PL que altera o Código Civil ao que se refere a matrimônio entre pessoas do mesmo sexo (MOURA, 2017). E o SUS passa a ofertar cirurgia de mudança de redesignação sexual de mulher para homem.

No ano seguinte, em 2014 o PL 8032 tem como objetivo ampliar a proteção da Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006) às pessoas transexuais. No ano de 2015 medidas educativas e de combate ao preconceito, sobre sexualidade e gênero, a serem aplicadas nos planos de educação das escolas estaduais e municipais foram levadas a votação pela Câmara de Deputados, rechaçadas em boa parte (DIAS, 2015). Em 2017 foi permitido pelo Superior Tribunal de Justiça que um transexual possa mudar o sexo de sua identidade civil sem que seja necessário realizar a mudança cirúrgica de sexo. A Figura 4 ilustra a construção dos marcos legais em uma linha temporal.

Figura 4 – Linha do Tempo da Construção da Política Pública para Pessoas Trans.



Fonte: Elaboração Própria.

Observa-se que essas políticas não são efetivas sobre o resguardo da população Trans, pois são apenas projetos de Lei e resoluções, que apesar de gerarem jurisprudência necessitam serem aprovados e implementados, para que assim possa dar segurança para esse grupo (TABOSA; ALCANTARA; MENELAU, 2017). No que se trata à tipologia dessas políticas públicas dispostas na Figura 4, pode-se observar que são políticas específicas, segundo a categorização feita por Dias e Matos (2012). Segundo esses autores, esse tipo de política é direcionado para um setor (DIAS; MATOS, 2012), que no caso das políticas aqui discutidas é voltado para os direitos humanos.

Outra caracterização apresentada por Dias e Matos (2012) é no que se refere à finalidade de uma política pública. As políticas aqui abordadas podem ser classificadas como preventivas, pois têm como objetivo diminuir a desigualdade de uma minoria no seu contexto inserido (DIAS; MATOS, 2012). Nesse sentido, quando perguntados se as políticas públicas atuais voltadas para a população Trans os favorecem, de alguma forma, destacam-se as falas dos Entrevistados 4 e 5, mostradas a seguir.

“[...] me garantem alguns acessos a espaços onde antes eu não transitava.” (E5)

“maior aceitação da sociedade em relação às minorias, favorecem a todos”
(E4)

Secchi (2010) apresenta distinções sobre os instrumentos utilizados nas políticas. Nesse quesito as políticas públicas atuais voltadas para a população Trans se enquadram como políticas distributivas, pois as decisões são voltadas para um grupo específico tendo em vista necessidade da inserção da comunidade de uma maneira à combater o preconceito vivido pela sociedade, como observa o entrevistado 2.

“favorecendo toda a comunidade LGBT ao criar uma sociedade menos preconceituosa.” (E2)

E também assinalado por Dias (2015), que a alteração do nome na certidão de nascimento é a primeira etapa para a inclusão da população Trans e que é responsabilidade do Estado que essa população não sofra violência e que também lhe seja garantida sua dignidade.

4.2.1 Atores não governamentais nas políticas

Com o objetivo de reconhecer e compreender os atores dessas políticas para a população Trans foram analisadas as perguntas 1, 2 e 3. Nelas os entrevistados são caracterizados como atores quando respondem de que modo essas políticas lhe favorecem e como conseguem influenciar sua formulação. Pode-se observar nas seguintes falas que os entrevistados mostram seus diversos pontos de vistas sobre como as políticas lhe ajudam. Destaca-se a fala do Entrevistado 1:

“Em ter um pouco mais de dignidade, mas ainda está longe de uma equidade.”
(E1)

Para Fábio (2017), a visibilidade da pauta pelos atores não governamentais nem sempre garantiu isonomia de busca por direitos a todos os grupos contemplados pela sigla LGBTI. Nas próximas falas destacadas obtêm-se como esses atores atuam ou podem atuar, segundo os mesmos, no andamento da pauta. Foram citadas participações em seminários e conferências, e criação de projetos, mas principalmente em atuações ligadas a sociedade civil, das mais diversas maneiras, demonstrando o engajamento dos entrevistados em influenciar a construção da política pública através da mobilização social.

“[...] os cidadãos podem criar propostas de lei no Senado.” (E2)

“Através de cobrança dos políticos e de conscientização através das redes sociais e rodas de diálogos sejam em contexto educacional, quanto no dia a dia.” (E3)

“[...] pressionando o poder público a direcionar recursos em favor de políticas comprometidas com a população trans” (E4)

Segundo Fábio (2017), em 1978 foi criado o primeiro jornal de temática homossexual e que conseguiu, de forma precursora, influenciar a pauta, mas foi apenas no início dos anos 1980 que os diversos grupos da sigla LGBTI se aproximaram e passaram a exercer pressão e impulsionar a política em decorrência da AIDS. Assim, as falas dos entrevistados demonstram um amadurecimento do papel que os atores civis devem ter para o alcance de avanços nas políticas públicas voltadas à população Trans. Esse aspecto também é refletido pela Vote LGBT (2018), ao colocar que a população deve ser representada por candidatos com propostas a favor dos LGBTs.

Ainda sobre a atuação dos atores não governamentais na política, dois conselhos de classe são pioneiros na influência da pauta, sendo ambos voltados a profissões da área

de saúde: o Conselho Federal de Medicina que instituiu em 1997 a Resolução n. 1.484 e o Conselho Federal de Psicologia, com a Resolução n. 1 de 1999.

4.3 Fluxos do Modelo de Kingdon nas políticas

As perguntas de 4 a 7 tiveram o objetivo de perceber a visão desses atores não governamentais sobre os três fluxos apresentados por Kingdon (2011) no seu modelo (ver Quadro 2). Uma das perguntas aborda o fluxo de problemas, fluxo esse que é representado por eventos focalizados e indicadores do governo como a quantidade de certidões e títulos eleitorais com o nome social, a violência sofrida pela população, entre outros (CAPELLA, 2007). Quando perguntados sobre a influência desses índices para a pauta e eventos focalizados, as respostas foram as seguintes:

“Os dados ajudam bastante, mas somos nós que temos que cobrar e lembra-los que existimos todos os dias.” (E1)

“[...] um grande marco na comunidade LGBT, no geral, foi a morte da travesti Dandara que sensibilizou a todos.” (E2)

Analisando que E1 é uma mulher trans, nota-se na sua fala que a entrevistada se manifesta de maneira direta às políticas públicas e ao papel de ator não-governamental, usando do seu poder como cidadã inserida na comunidade para lutar pelo seu objetivo. Já a visão do E2 retrata a ideia da sociedade civil como um todo, um caso de assassinato que veio a mobilizar a sociedade a refletir. Reflete esse mesmo entendimento Fábio (2017), que observa que a atuação do Legislativo não vem contribuindo para o avanço em questões da população LGBT, cabendo, portanto, aos atores não governamentais atuarem de modo a dar visibilidade a pauta.

Já sobre o fluxo de soluções foram realizadas duas perguntas (ver Quadro 2). A primeira pergunta tinha a intenção de entender como esses atores em questão avaliavam a aceitação da sociedade brasileira sobre o andamento das políticas públicas voltadas a comunidade Trans. Nesse sentido, a pesquisa realizada pelo Vote LGBT (2018) aponta que entre as pessoas mais jovens há maior aceitação da população Trans. Entretanto, as respostas dos entrevistados refletem uma visão negativa ao que vem sendo desenvolvido até o momento, ainda que contenham uma perspectiva positiva para o futuro, como mostra as falas destacadas.

“Ainda a muita resistência e muito preconceito, porém está avançando.” (E2)

“Difícil. Ainda existe muita ignorância.” (E3)

“De modo geral acredito que a sociedade é simpática à causa, porém timidamente” (E4)

E3 destaca a ignorância presente na sociedade, por trabalhar diretamente com a educação, permeada em pessoas de vários níveis educacionais e sociais. Nesse contexto a pesquisa da Vote LGBT (2018) respalda esse entendimento, na medida em que aponta que a segunda das principais demandas do que deve ser encarado como pauta prioritária nas políticas públicas voltadas aos LGBTI é o ensino do respeito a essa população nas escolas. Por sua vez, E2 e E4, por trabalharem em no setor público, falam de uma maneira mais ampla da sociedade, sobre a rasa aceitação da mesma.

A segunda pergunta foi voltada para o conhecimento técnico e investimento financeiro do governo para com essas políticas. Fábio (2017) aponta que o recurso vem sendo crescente a pauta, mas apenas o Entrevistado 6 destaca que o Estado vem investindo nos profissionais para saber receber e lidar com a população Trans, ao contrário da fala do Entrevistado 2, que comenta:

“Ainda há pouca preocupação em treinar os funcionários públicos que lidam diretamente com o público trans.” (E2)

Os demais entrevistados, assim como na pergunta anterior, observam aspectos negativos, como pode ser visto nas falas em destaque.

“É algo com uma dimensão muito pequena ainda.” (E1)

“O investimento é de pequena monta, há que se pôr mais esforços para o crescimento do investimento.” (E4)

O último fluxo do Modelo de Kingdon (2011) é o político, que analisa se o governo está propenso à inserção da pauta Trans nos debates das políticas públicas (CAPELLA, 2007). A pergunta aos atores foi se consideram essa tendência em relação ao poder Legislativo. As respostas são antagônicas, como demonstrado em sequência.

“Sim, pois são eles que irão criar os projetos de leis e aprovar ou não para o nosso bem comum.” (E1)

“Não, o debate tem sido construído em cima de muita resistência” (E5)

A Figura 4 sistematiza a atuação mais relevante do Estado brasileiro até o momento, mas o que se percebe é que a promoção de políticas voltadas para a melhoria das condições social, política e econômica das pessoas Trans ainda vem se dando de maneira descontinuada e tímida as necessidades de sua população, principalmente no que se refere a salvaguardar seus direitos.

4.4 Atual agenda para população Trans

As últimas perguntas do roteiro de entrevista (Apêndice A) tinham o intuito de compreender a atual agenda de políticas públicas para a população Trans, segundo os atores. Quando perguntados se a atual agenda atende as necessidades dessa população, os entrevistados falaram que de alguma maneira sim, mas que se faz necessário uma ampliação maior.

“De certo modo sim. A decisão do STF ajudou e ajuda muito todos nós, o nome social nas instituições de ensino também.” (E1)

“As atuais políticas ainda são muito burocráticas. A cirurgia de mudança de sexo, por exemplo, feita pelo SUS ainda é um processo muito burocrático.” (E2)

“Relativamente, garante o pouco.” (E5)

“[...] ainda precisa de implemento, sobretudo financeiro e educacional.” (E4)

Especificamente em Pernambuco, desde 2002 alguns dispositivos legais vêm sendo estabelecidos com vistas a respaldar os direitos da população Trans, de modo a complementar a atuação do governo federal. O Quadro 5 sumariza a informação.

Quadro 5 – Dispositivos Legais de Pernambuco.

ANO	LEI	ÂMBITO	OBJETIVO
2002	Lei 16.780	Município de Recife	Contra qualquer forma de discriminação com base na orientação sexual por parte de estabelecimentos públicos e privados em Recife
2004	Lei 17.025	Município de Recife	Contra qualquer atentado ou discriminação contra os direitos da população LGBT em Recife Institui o dia 17 de abril como ‘Dia da diversidade’ a ser comemorado em Recife
2010	Decreto 35.0511	Estado de Pernambuco	Inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração pública estatal direta, autárquica e fundacional e outras providências

Fonte: Elaboração Própria.

Já quando interrogados se os entrevistados viam uma janela de oportunidade na pauta as negociações políticas, eles afirmaram há essa oportunidade apesar da dificuldade apresentada pelos mesmos. As falas destacam ilustram o ponto de vista:

“Sim, por incrível que pareça.” (E5)

“Sim. Acho que uma boa janela seria uma melhor inserção da comunidade trans no mercado de trabalho.” (E2)

Esse aspecto sobre ser um momento propício a inclusão da pauta LGBT em políticas públicas voltadas à sua população, também é ressaltado por Dias (2015), Fábio (2017) e pela pesquisa do Vote LGBT (2018), ainda que o Entrevistado 3 interprete a situação de uma outra forma, como destacado a seguir.

“[...] com o atual contexto político tende a ser cada vez mais difícil.” (E3)

Mesmo assim, o que observa é que a articulação política vem sendo articulada, principalmente por conta dos movimentos sociais, no sentido de influenciar a pauta em ações que demandem a agenda positivamente, mesmo que as políticas ainda não estejam em legislações que deem amparo legal. O fato é que esse aspecto se faz necessário e urgente, haja visto o destacado pela Transgender Europe (2016), que com apenas 2,8% da população de pessoas Trans mundial, o Brasil respondeu em 2016 por 46,7% dos homicídios registrados dessa população em todo o mundo, se configurando no país que mais mata pessoas que constituem os grupos dessa população.

5 CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesse capítulo compreende-se as conclusões, como também as limitações e recomendações para futuras pesquisas. Com o presente estudo observa-se a importância dos atores não governamentais em todo o processo de construção e estabelecimento de uma política pública. Compreende-se que os atores têm influência decisiva no processo apresentado por Kingdon (2011), conforme proposto pelo mesmo. Mas, quando se fala de políticas públicas voltadas à população Trans, os atores reconhecem que é um processo mais complicado que para outras políticas e se afastam de participarem efetivamente da construção da agenda. Importante lembrar que o modelo de Kingdon (2011) analisa apenas o primeiro estágio do modelo de cinco estágios da política pública.

Nesse sentido é necessário ter em mente que esse modelo composto por cinco estágios é um dos vários modelos propostos pela literatura de políticas públicas, tendo em vista que ainda não houve um consenso no que se refere ao número exato de estágios. Assim, é primordial compreender que esse modelo proposto é um tipo ideal, e que no desempenho da atividade na prática não se sucede como alvitado, mas a sua importância como base se dá devido à sua utilidade como instrumento de análise (DIAS; MATOS, 2012).

Sobre as limitações do trabalho, por ser um tema relativo novo na academia, e um dos primeiros trabalhos visando a população transexual, encontra-se uma certa dificuldade de analisar uma comparação desse trabalho com outros ou outras pesquisas acadêmicas realizadas. Entretanto, essa limitação faz com que esse trabalho se torne relevante à utilização do modelo de Kingdon (2011), por trazer ao seu escopo até então desenvolvido de pesquisas uma política única e atual, onde os atores governamentais e não governamentais estão ferrenhamente emergidos em defender seus interesses e assim manterem ou modificarem costumes de uma época.

Deste modo avalia-se que como sugestão a trabalhos futuros seja possível analisar a política voltada a população Trans por meio de outros modelos ou até mesmo a incorporação das outras etapas do ciclo de políticas públicas, não apenas o processo inicial de formulação até a imersão na agenda governamental. Também sugere-se abarcar atores não governamentais de outros estados do Brasil e ainda um estudo longitudinal, qualitativo, ou com uma grande quantidade de pessoas que atuem ou sejam atores não governamentais dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aline. Evasão escolar entre travestis é bem maior. **Diário de Cuiabá**, 2016. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=15833>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL, TRANS E INTERSEX. **The personal and the political: attitudes to LGBTI people around the world**. Disponível em: <http://ilga.org/downloads/ilga_riwi_attitudes_lgbti_survey_logo_personal_political.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

CAPELLA, Ana C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Políticas públicas no Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-124.

CATRACA LIVRE. **ONGs e projetos LGBTs para você ajudar (e conhecer) em sua cidade**. 2017. Disponível em < <https://catracalivre.com.br/cidadania/ongs-e-projetos-lgbts-para-voce-ajudar-e-conhecer-em-sua-cidade/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

DE JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%A9NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Associação LGBTI+ defende Hooker: 'Luta contra o silenciamento da população transexual'**. 2018. Disponível: < http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2018/08/01/internas_viver,758899/associacao-brasileira-lgbti-defende-johnny-hooker-luta-contr-o-sil.shtml>. 2018. Acesso em: 06 out. 2018.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Tatiana. Gênero: conceitos, visão científica e desafios para a população trans. **NEXO JORNAL**. 2015. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2015/11/05/G%C3%A9nero-conceitos-vis%C3%A3o-cient%C3%ADfica-e-desafios-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-trans>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FÁBIO, André C. A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro. **NEXO JORNAL**. 2017. Disponível em: <

<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2009.

GESTOS. Disponível em: <gestos.org.br>. Acesso em: 10 out. 2018.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMIDE, Alexandre A. **Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008.

GOTTEMS, Leila B. D. et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde e Sociedade**, v. 22, p. 511-520, 2013.

GUIA DO ESTUDANTE. **Gays estudam mais que heterossexuais, sugere pesquisa do Ministério da Saúde**. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/gays-estudam-mais-que-heterossexuais-sugere-pesquisa-do-ministerio-da-saude/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

JONES, C. O. **An introduction to the study of public policy**, 3. ed. Monterey: Brooks Cole Publishing, 1984.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Longman, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Humberto Falcão. **Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública**. Tese de Doutorado, EBAP, 2003.

MENDES, Larissa Z.; GOMES, Angela Q. Desvendando as políticas públicas: noções introdutórias sobre o campo de análise. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 15, n. 10, p. 78-94, 2018.

METTEN, Antoine et al. A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 915-936, 2015.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT**. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt>. Acesso em: 15 out 2018.

MONTEIRO, A.; LIMA, A. L. B.; CABRAL, M. Y. R. Transexualidade e Direitos Humanos: uma luta por dignidade e cidadania. **IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB**: João Pessoa, 2016.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 24, f.108, 2003.

MOURA, Júlia. 7 conquistas – e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos. 2017. **Revista Veja**. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/> >. Acesso em 12 dez. 2018.

PINTO, Isabela C. M. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2015.

RAEDER, Savio T. O. ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.

ROGERS, Mitch. **How Brazil's contradictory attitudes foster violence toward the lgbtcommunity**. Council on Hemispheric Affairs, Washington, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.coha.org/wp-content/uploads/2017/03/lgbt-violence-in-brazil-website3.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

RUA, Maria G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento, 1997

SABATIER, Paul A. The advocacy coalition framework. **Theories of the policy process**, v. 2, p. 189-220, 2007.

SOARES, Marcos A. O movimento LGBT. 2018. **Movimento: crítica, teoria e ação**. Disponível em: < <https://movimentorevista.com.br/2018/09/o-movimento-lgbt/> >. Acesso em: 12 dez. 2018.

TABOSA, Gabriel B.; ALCANTARA, Joedylla M.; MENELAU, Sueli. Pessoas Trans: até onde o governo faz para valer essa vida?. In: **XVI Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão - Tecnologias e desenvolvimento humano: construindo saberes com responsabilidade**, 2017, Caruaru. XVI EEPE. Caruaru: FAFICA, 2017. v. 1

TRANSGENDER EUROPE. Disponível em: <<https://tgeu.org/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

TRANSRESPECT. 2016. **Reported deaths of trans and gender diverse persons murdered between january 2008 and december 2015**. Disponível em: <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/03/tvt_tmm_tdov2016_tables_en.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

VENCATO, Anna P. Confusões e estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, p. 187-215, 2010.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANA, Ana L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de administração pública**, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

VOTE LGBT. Disponível em: <www.votelgbt.org>. Acesso em: 10 out. 2018.

ZAHARIADIS, N. Comparing three lenses of policy choice. **Policy Studies Journal**, v. 26, n. 03, p. 434-448, 1998.

ZANELLA, Liane C H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Olá,

Sou aluno do curso de Graduação em Administração e estou elaborando uma pesquisa acadêmica pela Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste, Núcleo de Gestão -, que se debruça sobre a influência dos atores "invisíveis" na agenda das políticas públicas para as pessoas transexuais (doravante, população Trans). Para isso, gostaria de obter informações, segundo seu ponto de vista. Esta pesquisa tem por finalidade dar subsídios técnico-científico ao meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A sua aplicação está direcionada aos atores não governamentais, considerados como todos aqueles que têm o poder de exercer pressão sobre o governo para formatação e tomada de determinadas ações, não tendo um vínculo direto com a estrutura administrativa estatal (DIAS; MATOS, 2012). As informações serão analisadas desconsiderando-se a identificação dos respondentes, tendo em vista a manutenção do sigilo e do anonimato da pesquisa.

Solicito que seja respondido também o perfil socioeconômico para melhor subsidiar a pesquisa, por favor, não deixe questões em branco. Destaco que os dados serão usados exclusivamente para a elaboração do TCC e sua posterior publicação em revista científica. A divulgação dos resultados poderá ser solicitada diretamente aos pesquisadores responsáveis.

Sinta-se à vontade para dar suas opiniões, lembrando que suas respostas ficarão anônimas e serão mantidas em sigilo. Não há respostas certas nem erradas, logo, o que importa é sua percepção. Faz-se importante destacar que sua participação é voluntária, não é necessário se identificar, e os dados serão tratados de forma agrupada (sem qualquer identificação individual).

O tempo previsto para responder é de 20 minutos. Se desejar receber outras informações sobre a pesquisa envie uma mensagem para gabrieltabosa13@gmail.com.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Gabriel Beserra Tabosa,

Graduando em Administração na UFPE

Sueli Menelau,

Professora orientadora do Núcleo de Gestão da UFPE

1. Você considera que as políticas públicas atuais influenciam a população brasileira a defender os interesses da população Trans?
2. Você acha que as políticas públicas atuais voltadas para a população Trans favorecem a você? De que modo?
3. Você acha que consegue influenciar a formulação das políticas públicas à população Trans? De que maneira?
4. Na sua opinião, os indicadores relativos à população Trans (nº de certidões e títulos com o nome social, violência, dados em geral) faz com que o governo dê atenção para essas pessoas? Ou você acha que houve algum evento específico que influenciou a pauta política?
5. Como você avalia a aceitação da sociedade brasileira, de um modo geral, com o andamento de políticas públicas à população Trans?
6. Como você avalia o investimento financeiro e o conhecimento técnico do governo aplicados para as políticas públicas à população Trans?
7. Você considera que o poder legislativo (deputados e senadores) é propenso à inserção da pauta Trans nos debates das políticas públicas? Por quê?
8. As atuais políticas públicas atendem as necessidades da população Trans? Como?
9. Você enxerga uma janela de oportunidade na pauta das negociações políticas das questões Trans?

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

10. Identidade de gênero: _____

11. Idade: _____

12. Grau de escolaridade: () E. fundamental completo () Ensino médio completo
() Superior incompleto () Superior completo
() Pós graduação incompleta () Pós graduação completa

13. Estado civil: () Solteiro(a) () Com cônjuge/ companheiro

14. Cargo: _____

15. Você trabalha em qual setor? _____

16. Qual a sua cidade e estado? _____